



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 37/2019

Período: 12/10/2019 - 18/10/2019

GEDES – UNESP

- 1- Projeto de ampliação do Centro de Lançamentos de Alcântara prevê remoção de cerca de 350 famílias quilombolas
- 2- Governo Bolsonaro ampliou a presença de militares em órgãos federais
- 3- Relator suavizou proposta de reforma da Previdência dos militares
- 4- Revisão de anistia concedida a cabos da Força Aérea Brasileira foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal

1- Projeto de ampliação do Centro de Lançamentos de Alcântara prevê a remoção de cerca de 350 famílias quilombolas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministérios indicaram um projeto de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, de forma a viabilizar a ampliação do Centro de Lançamentos (CLA), comandado pela Aeronáutica. O projeto inclui a possibilidade de alugar espaços para operações de outros países, e a Aeronáutica prevê que se arrecade 140 milhões de reais por ano com essas iniciativas. A primeira delas foi discutida com os Estados Unidos, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que ainda depende de aprovação no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, em abril de 2019, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou que não haveria expansão da área do CLA, mas que não seria possível afirmar se as populações locais seriam diretamente afetadas pelo acordo com os EUA. Por outro lado, para o jornal *Folha de S. Paulo*, no que se refere às 350 famílias quilombolas, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos reconheceu, em documento, que o deslocamento das famílias causaria efeitos na delimitação dos seus territórios, modos de vida e relação com os recursos naturais. (*Folha de S. Paulo – Ciência – 12/10/19*)

2- Governo Bolsonaro ampliou presença de militares em órgãos federais

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo do presidente Jair Bolsonaro, nos nove primeiros meses de sua vigência, expandiu a participação de militares da ativa e da reserva em cargos da administração federal. É noticiado que o alargamento da presença militar em postos federais foi observado em ao menos 325 funções. Os dados apresentados pelo periódico foram obtidos mediante pedidos da Lei de Acesso à Informação enviados a mais de cem órgãos federais,

incluindo os ministérios e as principais empresas estatais. Em análise comparativa aos referenciais do governo anterior, do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), houve ampliação do número de militares em pelo menos 30 entidades federais, enquanto apenas 4 registraram redução. A ocupação militar de cargos eminentemente civis, desde o fim da ditadura militar (1964-1985), é significativa em posições que usufruem de proximidade ao presidente, como no Gabinete de Segurança Institucional, que registrou forte alta em seus componentes militares. Destacam-se também outras pastas, como a do Meio Ambiente, que observou no governo Bolsonaro a quantidade de militares saltar de 1 para 12 membros, e a do Ministério da Justiça, que quase dobrou seu contingente, de 16 para 28 integrantes. Para avaliar o que chamou de “invasão verde-oliva”, a *Folha* consultou ex-ministros da Defesa e especialistas, que de maneira geral opinaram que o fato de Bolsonaro recorrer às Forças Armadas deve-se sobretudo à busca por maior estrutura e apoio. Ainda de acordo com os entrevistados, o forte componente ideológico militar não é de todo compatível com um ambiente democrático e se faz necessária constante vigilância dessa inserção militarista para que ela se mantenha controlada, compatível com suas respectivas competências de defesa nacional, e em consonância com as diretrizes governamentais. Em resposta ao aumento de fardados em suas pastas, os Ministério da Defesa, de Minas e Energia, e da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Gabinete de Segurança Institucional e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), afirmaram, em linhas gerais, que a nomeação de militares é uma decisão do governo e pautou-se em fatores técnicos. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/10/19)

3- Relator suavizou proposta de reforma da Previdência dos militares

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, parlamentares do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reivindicaram, em sessão da Comissão Especial de Proteção Social dos Militares na Câmara dos Deputados, que os militares das Forças Armadas e os das polícias militares e bombeiros dos estados sejam tratados de maneira igualitária pelo Projeto de Lei nº 1645 de 2019, referente à reforma previdenciária. Segundo a *Folha de S. Paulo*, deputados da chamada "bancada da bala", ligados à segurança pública, defenderam a ampliação de benefícios na reestruturação das carreiras das Forças Armadas, bem como a aprovação de regras mais vantajosas para policiais militares e bombeiros. A votação da reforma previdenciária dos militares, marcada para o dia 16/10/19, foi adiada e deverá ser retomada em breve. Segundo a *Folha*, o governo precisará lidar com a pressão de membros da comissão especial da reforma por alterações no projeto que diminuam a economia de gastos públicos. Para contentar sua base política, o presidente da República, Jair Bolsonaro, apresentou algumas modificações e as regras de reforma poderão ser suavizadas para militares da ativa. A nova proposta apresentada pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados, Vinicius Carvalho, além de atenuar a proposta para as Forças Armadas, incluiu no projeto os policiais militares e bombeiros. De acordo com a *Folha*, na proposta original, militares na ativa teriam que cumprir 30 de serviço, mais um "pedágio" de 17% sobre o tempo restante. Carvalho propôs que seja gradual a exigência do cumprimento de 30 anos de serviço militar, começando com 25 anos a partir de janeiro de 2021, e aumentando 4 meses a cada ano.

Para compensar o impacto econômico desta mudança, Carvalho também propôs o aumento na contribuição dos militares pelo sistema de proteção social, passando de 7,5% para 9,5%, em 2020, e para 10,5%, em 2021. A proposta anterior previa um aumento gradual e deveria chegar em 10,5% em 2022. Conforme o *Correio Braziliense*, em coletiva no dia 02/10/19, o senador Major Olímpio (PSL-SP) justificou que os privilégios na previdência dos militares são uma questão de "meritocracia". Segundo a *Folha*, integrantes do Ministério da Economia preveem que o alívio não terá grande impacto na projeção da economia e que "o maior peso para a expectativa de corte de R\$ 13 bilhões em dez anos está relacionado à alta da alíquota paga pelos militares." (*Correio Braziliense – Economia – 13/10/2019; Correio Braziliense – Política – 17/10/19; Folha de S. Paulo – Mercado – 16/10/19; Folha de S. Paulo – Mercado – 17/10/19*)

4- Revisão de anistia concedida a cabos da Força Aérea Brasileira foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a revisão e anulação de anistia atribuída a 2,5 mil cabos desligados da Força Aérea Brasileira (FAB) no período do regime militar (1964-1985) foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na mesma sessão, foi permitida a abertura de procedimento administrativo pelo governo, para a avaliação de cada anistia, com concessão de ampla defesa. Contudo, segundo o *Correio*, a Corte não autorizou a restituição dos valores já pagos referentes a indenização por perseguições na ditadura, ainda que o mesmo seja considerado irregular. Entretanto, é possível que os pagamentos futuros sejam interrompidos. Ainda conforme o jornal, a Advocacia Geral da União (AGU) afirmou que foi registrado um maior número de anistias concedidas na FAB do que no Exército Brasileiro, e que caso todos os processos sejam aprovados, deverão ser desembolsados 43 bilhões de reais dos cofres públicos na próxima década para o pagamento dos benefícios. (*Correio Braziliense – Política – 17/10/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto

(Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).